



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

EDITAL Nº 28/2019.

SELEÇÃO PÚBLICA REGIONAL DESTINADA AO PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ESTAGIÁRIOS ACADÊMICOS DO CURSO DE JORNALISMO, PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO ACADÊMICO NÃO OBRIGATÓRIO NA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO/RS.

A **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, por meio de sua Coordenadora de Estágio Acadêmico **DENISE MARIA SCHELLENBERGER FERNANDES**, torna pública a realização de seleção de estagiários de nível superior para o curso de **Jornalismo**, regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior conveniadas com a PRT4-RS, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e com as seguintes normas: Resolução do CNMP nº 42, de 16/06/2009, alterada pela Resolução nº 62, de 31 de agosto de 2010; Resolução do CNMP nº 52, de 11/05/2010; Resolução do CNMPT nº 93, de 27/05/2010; Portaria PGR/MPU nº 378, de 09/08/2010, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 576, de 12/11/2010; Portaria PGR/MPU nº 539, de 04/10/2011; Portaria SG/MPU Nº 152 de 13/07/2015; Portaria PGR/MPU nº 155, de 30/03/2011; Portaria PGR/MPU nº 568, de 13/11/2008; Portaria PGT nº 214, de 25/04/2011; Portaria PGT nº 111, de 20/03/2012; Portaria PGT nº 451 de 16/07/2013, para o preenchimento de vagas de estágio no Ministério Público do Trabalho (e/ou formação de cadastro de reserva), no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, a qual reger-se-á, ainda, pelas seguintes disposições:

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Poderão participar do processo seletivo os estudantes regularmente matriculados no curso de Jornalismo.
- 1.2. São pré-requisitos para inscrição neste processo seletivo:
 - 1.2.1. Estar devidamente matriculado e com frequência regular em curso de educação superior oferecido pelas instituições de ensino conveniadas com esta PRT/4ª Região, listadas no ANEXO I deste Edital.
 - 1.2.2. Ter concluído, no momento da contratação, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da carga horária ou dos créditos necessários para conclusão do curso, comprovado por meio de documento emitido pela instituição de ensino.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

- 1.2.3. Restar, no momento da contratação, no mínimo, 6 (seis) meses até a colação de grau.
- 1.3. A habilitação para realização do estágio acadêmico na Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região far-se-á por seleção pública, mediante análise de desempenho dos candidatos em provas escritas.
- 1.4. O estágio terá a duração máxima de 02 (dois) anos, conforme legislação em vigor.
- 1.5. O estagiário cumprirá jornada de 04 (quatro) horas, totalizando 20 (vinte) horas semanais, compreendida no horário de expediente da Unidade Ministerial em que será desenvolvido o estágio.
- 1.6. A bolsa de estágio é fixada por ato do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República e atualmente corresponde a R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), conforme Portaria SG/MPU Nº 152 de 13/07/2015, com direito ao auxílio transporte, no valor de R\$ 7,00 (sete reais), por dia de efetiva frequência ao estágio.
- 1.7. O estagiário servidor ou funcionário público não fará jus à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte, referidos no subitem anterior.
- 1.8. A Coordenação do processo seletivo será exercida pelo Coordenadora de Estágio Acadêmico, Procurador do Trabalho **DENISE MARIA SCHELLENBERGER FERNANDES**. Ademais, todo o processo seletivo será assessorado pelo Assistente de Processo Seletivo **ANTÔNIO DERONI DA SILVA LOPES**.

2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. A inscrição no concurso público é **GRATUITA**.
- 2.2. Os estudantes interessados em se inscrever neste processo seletivo deverão acessar o site da PRT/4ª Região - <http://www.prt4.mpt.mp.br/informe-se/estagiarios> - e preencher a Ficha de Inscrição para Estágio, no período indicado no ANEXO III, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.
- 2.3. Após o preenchimento da ficha de inscrição, **os interessados deverão anexar os documentos exigidos** discriminados a seguir, até o final do período de inscrição (conforme ANEXO III):
- 2.3.1. Declaração, expedida pela Instituição de Ensino, que comprove o requisito previsto no item 1.2.1 deste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

- 2.3.2. Laudo médico na forma prevista no item 3.4, se for o caso;
- 2.3.3. Declaração específica, devidamente preenchida, para participar da seleção pelo Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais ou pelo Sistema de Cotas para Negros, se o caso (Anexo IV).
- 2.4. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado durante a prova deverá requerer, durante o período de inscrição, por meio do endereço eletrônico prt04.drh@mpt.mp.br, as solicitações especiais que entender necessárias, para que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.
- 2.5. O pedido de inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições deste Edital.
- 2.6. As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, possuindo a PRT4 o direito de, na forma da lei, excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados inverídicos.
- 2.7. O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato da Coordenadora de Estágio Acadêmico da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região.
- 2.8. A Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região não se responsabiliza por solicitações de inscrições, via Internet, não recebidas por motivos de ordem técnica, por falhas de comunicação, pelo congestionamento das linhas ou por quaisquer outros fatores análogos que venham a ser alegados como impeditivos da transferência de dados.
- 2.9. A RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS, a CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS, e os LOCAIS DE PROVA serão publicados no endereço eletrônico da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região <http://www.prt4.mpt.mp.br/informe-se/estagiarios>
- 2.10. É responsabilidade do candidato, acompanhar os atos do processo seletivo divulgados no site indicado no item "2.8".



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

3. DAS VAGAS

- 3.1. O processo seletivo destina-se ao preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, conforme quadro de disponibilidade abaixo. As vagas serão preenchidas ao longo do período de validade da presente seleção, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação, conforme quadro abaixo:

Nº	Localidade	Curso	Número de vagas
1	Porto Alegre	Jornalismo	CR

*CR = CADASTRO DE RESERVA

- 3.2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que surgirem durante a validade deste processo seletivo para as pessoas com deficiência que, **no momento da inscrição**, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com suas deficiências.
- 3.2.1. O candidato portador de deficiência deverá declarar sua condição, de acordo com os parâmetros estabelecidos no art. 3º, combinado com o art. 4º e incisos do Decreto nº 3.298/99 e, caso necessite de condições especiais para a realização da prova, especificá-las no espaço reservado para este fim.
- 3.2.2. O candidato portador de deficiência deverá ainda, no mesmo prazo fixado para as inscrições, encaminhar ao Serviço Médico da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, o Laudo Médico de que trata o inciso IV do artigo 39 do Decreto nº 3.298/99, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, nos termos do § 11 do art. 4º da Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, com redação alterada pela Portaria PGR/MPU nº 576, de 12/11/2010 e caso necessite de condições especiais para a realização da prova, deverá anexar atestado, nesse sentido, subscrito por profissional médico.
- 3.2.3. Serão adotadas todas as providências que se façam necessárias para permitir o fácil acesso de candidatos portadores de deficiência aos locais de realização das provas, sendo de responsabilidade daqueles, entretanto, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à realização das provas, os quais deverão ser previamente autorizados pelo Ministério Público do Trabalho.
- 3.3. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas que se declararem participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

- 3.4. Será reservado, ainda, o percentual de 30% (trinta por cento) do total das vagas de estágio para os candidatos negros, assim considerados aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato de inscrição neste seletivo, nos termos e definições do Decreto nº 9.427/2018 e Portaria PGT/MPT nº 1220/2018.
- 3.5. Os estudantes que optarem pelo sistema de Cotas de que tratam os itens 3.3 e 3.4 deste Edital deverão:
- 3.5.1. Efetuar inscrição optando pela participação do sistema de cotas.
- 3.5.2. Assinar declaração específica de opção para participar da seleção pelo sistema de cotas (ANEXO IV) e anexar o documento no momento da inscrição, o que poderá ser efetuado até o encerramento das inscrições.
- 3.5.3. Comparecer, se convocado, à entrevista pessoal, munido de carteira de identidade original e comprovante de renda familiar.
- 3.6. O candidato que, convocado não comparecer à entrevista pessoal ou comparecer sem portar documento original de identidade passará a compor automaticamente a lista geral de inscritos.
- 3.7. Ficam destinadas as vagas 3ª, 6ª, 9ª e 13ª e assim sucessivamente aos candidatos participantes do Sistema de Cotas para Negros, as vagas 10ª, 20ª, 30ª e assim sucessivamente, aos candidatos com deficiência, e as vagas 11ª, 21ª, 31ª e assim sucessivamente aos candidatos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.
- 3.8. Não preenchidas as vagas reservadas por estudantes portadores de deficiências ou participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, estas serão destinadas aos demais candidatos habilitados, com a estrita observância da ordem de classificação do processo seletivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

4. DA PROVA

Curso	Prova	Nº de questões	Caráter	Valor	Peso
Jornalismo	Objetiva	20	Eliminatório e Classificatório	20,00	1,0

- 4.1. As notas finais serão calculadas utilizando a fórmula $N_{final} = (V \times P)$ objetiva, sendo N_{final} a nota final, V a nota da prova e P o peso da prova.
- 4.2. O Programa do curso de Jornalismo está descrito no ANEXO II.
- 4.3. A prova objetiva conterá questões de múltipla escolha, valendo cada uma 1,00 (um) ponto, perfazendo o total de 20 (vinte) pontos, caráter eliminatório e classificatório, devendo o candidato assinalar apenas uma alternativa dentre as apresentadas em cada questão.
- 4.4. Será considerado aprovado o candidato que perfizer, no mínimo, 10,00 (dez) pontos na prova objetiva.
- 4.5. A classificação dos candidatos far-se-á em função da nota final.
- 4.6. O critério de desempate será o seguinte: maior nota na prova objetiva; maior idade; e sorteio.
- 4.7. O candidato deverá comparecer ao local das provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identificação e caneta de tinta indelével azul ou preta.
- 4.8. A data provável da realização da prova será conforme ANEXO III.
- 4.9. Será automaticamente eliminado o candidato que não comparecer pontualmente às provas.
- 4.10. O tempo total de realização das provas será de 2 (duas) horas.
- 4.11. Não será permitida qualquer tipo de consulta.
- 4.12. Não será admitida qualquer rasura no preenchimento da folha de respostas que importe em marcação de mais de uma alternativa, sendo considerada a questão, na hipótese, como errada.
- 4.13. Após a entrega da prova, deverá o candidato, imediatamente, retirar-se do prédio em que esteja sendo realizado o certame, de maneira a evitar contato de qualquer espécie com outros candidatos que ainda não tenham finalizado as provas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- 5.1. O Gabarito Oficial das provas, assim como as listas de classificação dos candidatos aprovados (geral e daqueles com deficiência ou optante pelo sistema de cotas para minorias étnico-sociais) serão publicadas no site da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, <http://www.prt4.mpt.mp.br/informe-se/estagiarios>.

6. DOS RECURSOS

- 6.1. Assiste ao candidato, diretamente ou por terceiro munido de procuração específica, a faculdade de ter vista das provas e respectivas notas.
- 6.2. Caberá recurso, devidamente fundamentado:
- 6.2.1. No prazo de 2 (dois) dias, contados da data de divulgação da Lista de Inscritos, com vista à correção de irregularidades formais e materiais havidas na inscrição preliminar.
- 6.2.2. No prazo de 2 (dois) dias, contados da divulgação do Gabarito Oficial, com vista à impugnação do critério de eleição da resposta havida como correta;
- 6.2.3. No prazo de 2 (dois) dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da publicação da lista de classificação dos candidatos aprovados, com vista, exclusivamente, à impugnação ao critério de atribuição de nota e contagem dos acertos de cada prova;
- 6.2.4. Os prazos acima especificados ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, caso venham a expirar em dia em que não haja expediente na Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região.
- 6.2.5. Os prováveis recursos referentes a este processo seletivo serão analisados e decididos pelo examinador responsável pela elaboração da prova.
- 6.2.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 6.2.7. No caso de ocorrer somente a alteração do gabarito, a pontuação correspondente será atribuída aos candidatos que acertarem a questão com a nova resposta, independentemente de terem recorrido.
- 6.2.8. Os recursos deverão ser remetidos à Divisão de Gestão de Pessoas da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, pelo e-mail prt04.estagio@mpt.mp.br.

7. DA INCLUSÃO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

- 7.1. A aprovação e a classificação geram para o candidato expectativa de direito à convocação.
- 7.2. As vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo – que será de um ano, a contar da publicação do resultado final pós recursos, e que pode ser prorrogado, uma única vez, por igual período – serão preenchidas mediante convocação dos candidatos aprovados, conforme a ordem de classificação e as necessidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região.
- 7.3. As convocações dos candidatos aprovados serão realizadas por mensagens de correio eletrônico, com respeito à ordem de classificação.
- 7.4. O candidato convocado deverá entrar em contato com a Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região nos cinco dias úteis subsequentes à data de recebimento da mensagem de correio eletrônico ou do contato realizado.
- 7.5. O candidato convocado poderá desistir da vaga, definitivamente ou temporariamente. No caso de desistência temporária, o candidato poderá renunciar à sua classificação, e passará a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de validade desse processo seletivo. A desistência, definitiva ou temporária, poderá ser feita uma única vez por meio de correio eletrônico a ser encaminhado à Divisão de Gestão de Pessoas (prt04.estagio@mpt.mp.br) ou pessoalmente.
- 7.6. Se o candidato convocado recusar a vaga, ou se não atender às disposições dos itens anteriores, será convocado o próximo candidato da lista de classificação.
- 7.7. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.
- 7.8. A contratação, sem vínculo empregatício, obedecerá à ordem de classificação final e dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, a Instituição de Ensino e o Estagiário.
- 7.9. Deverão, ainda, ser entregues os seguintes documentos:
- a) Ficha Cadastral (conforme modelo oficial), acompanhada de uma fotografia 3x4;
 - b) Termo de Compromisso de Estágio (conforme modelo oficial), do qual constarão as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
 - c) Declaração para Inclusão no Programa (conforme modelo oficial) de que não exerce qualquer atividade concomitante em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Civil ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

Federal e na advocacia pública ou privada ou nos órgãos de classe;

- d) Histórico escolar original recente;
- e) Declaração de matrícula original emitida pela instituição de ensino;
- f) Cópias de documentos pessoais, que deverão ser conferidas com os originais: Carteira de Identidade, CPF e Comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- g) Atestado médico original comprovando a aptidão clínica para realização do estágio.
- h) Certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver.
- i) Declaração de cor/raça.

7.10. O desrespeito aos prazos concedidos para a apresentação dos documentos implicará a exclusão do candidato da lista de classificação.

8. DAS CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO

8.1. O estágio terá a duração de 6 (seis) meses e poderá ser prorrogado até o limite de dois anos.

8.1.1. O estágio de pessoa com necessidades especiais não se submete ao limite temporal citado no item anterior e poderá ser prorrogado até a conclusão do curso de graduação. Neste caso, igualmente, a decisão acerca da prorrogação basear-se-á nas avaliações de desempenho produzidas.

8.2. A carga horária será de vinte horas semanais, distribuídas em jornadas de quatro horas, de segunda a sexta-feira, no horário do expediente da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, sem prejuízo das atividades discentes do estagiário.

8.3. É assegurado ao estagiário recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, sempre que a duração do estágio for igual ou superior a 1 (um) ano. O recesso poderá ser concedido de forma proporcional, caso o estágio ocorra em período inferior a 1 (um) ano.

8.4. Será providenciada a contratação de seguro contra acidentes pessoais, mediante Apólice Coletiva de Seguro.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

- 8.5. A qualquer tempo, a PRT da 4ª Região poderá encerrar o vínculo de estágio se constatado o descumprimento das obrigações do estagiário – conforme normas legais e regulamentares vigentes.
- 8.6. O servidor integrante das carreiras do Ministério Público da União – que manifestar interesse em realizar estágio nas unidades do Ministério Público do Trabalho deverá participar da seleção pública.
- 8.7. É vedado, concomitantemente ao estágio no MPT, o exercício de atividades ou estágio em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Civil ou Federal e na advocacia pública ou privada ou nos órgãos de classe.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O processo seletivo terá validade de 1(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
- 9.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Chefe Adjunto/Coordenador de Estágio Acadêmico.
- 9.3. O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação. Será considerado desistente o candidato aprovado que, após a convocação na forma deste edital, recusar-se a iniciar o estágio nas datas estabelecidas.
- 9.4. O estágio cessará imediatamente para aqueles que concluírem o curso de graduação, servindo como referencial a data da colação de grau.
- 9.5. O presente Edital será publicado no site da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região na internet e em locais com possibilidade de ampla divulgação do seu conteúdo.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2019.

DENISE MARIA SCHELLENBERGER FERNANDES

Coordenadora de Estágio Acadêmico

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

ANEXO I

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO CONVENIADAS

- CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS - UNIRITTER
- CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE - UNILASALLE
- CESUCA – COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE CACHOEIRINHA LTDA - ME
- FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE
- FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RGS - FADERGS
- FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
- FACULDADE PALOTINA - FAPAS
- FACULDADE INTEGRADAS SÃO JUDAS TADEU
- FACULDADE PORTO ALEGRENSE - FAPA
- FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UNIFIN
- SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL-ESTÁCIO/FARGS
- FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS -FMP
- INST.FED.DE EDUC. CIÊNCIA E TECN. DO RGS – IFRS – CAMPUS POA
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO DE NEG.EDUC. LTDA - IBGEM
- INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA - IPA
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS
- SERV.NAC. DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/RS
- SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA - UNIASSELVI
- UNIVERSIDADE DO VALE DO SINOS - UNISINOS
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
- FACULDADE DE TECNOLOGIA - FTEC
- UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA
- FACULDADE DA SERRA GAÚCHA -FSG
- UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - UCS
- FED. DOS ESTAB. DE ENSINO SUPERIOR DE NOVO HAMBURGO - ASPEUR
- COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR MEDIONAL - IMED
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF
- ANHANGUERA EDUCACIONAL S/A - PELOTAS
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPEL
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
- CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO - UNIFRA
- ENTIDADE PALOTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FAPAS
- FACULDADE DE DIREITO DE SANTA MARIA - FADISMA
- FACULDADE METODISTA DE SANTA MARIA - FAMES
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
- FACULDADE DOM ALBERTO
- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ - UNISC
- INSTITUTO CINECISTA DE ENSINO SUPERIOR DE SANTO ÂNGELO - IESA
- UNIVERSIDADE REG. INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI
- UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA – URCAMP
- ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING - AESPM



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

ANEXO II

PROGRAMA PARA SELEÇÃO DE ESTÁGIO ACADÊMICO

• **JORNALISMO**

Fundamentos Teóricos da Comunicação. Os sistemas de comunicação e suas configurações locais e globais. Informação, comunicação e linguagens. Meios e mediações. O direito à informação e o dever de informar. A função social do Jornalismo na sociedade contemporânea. Conflito de interesses. Políticas de comunicação. Planejamento em comunicação. Novas e tradicionais técnicas de Comunicação: do jornal impresso à Internet. Comunicação nas organizações. Métodos e técnicas do Jornalismo Especializado em Assessoria de Imprensa. Responsabilidade social das organizações contemporâneas e o papel da comunicação pública no processo de difusão das ações afirmativas das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. O papel do jornalismo como facilitador da compreensão do leitor-ouvinte-telespectador-internauta dos conceitos técnicos formulados por políticas e legislações específicas. Qualidade do texto jornalístico e suas características principais. Noções sobre editoração eletrônica. Redes digitais, novas tecnologias da comunicação, convergências das mídias. A ética como fundamento do comportamento do profissional de Comunicação. A ética governamental.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

ANEXO III

Cronograma do Processo Seletivo de Estagiários de Jornalismo da PRT4ª Região

Atividade	Período
Inscrições	25/10/2019 até 06/11/2019
Publicação da lista de inscrições preliminar e divulgação do horário e local da prova	07/11/2019
Recursos da inscrição preliminar	08/11/2019 a 11/11/2019
Publicação lista de inscrições definitiva	12/11/2019
Provável data da prova	13/11/2019
Publicação do Gabarito preliminar	13/11/2019
Recursos do Gabarito preliminar	14/11/2019 a 15/11/2019
Publicação do Gabarito definitivo e da Lista preliminar dos Classificados	18/11/2019
Recurso do Resultado Preliminar	19/11/2019 a 21/11/2019
Publicação da Classificação Definitiva	22/11/2019
Convocação aprovados	Após publicação da Classificação Definitiva



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE COTAS PARA:

() **MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS**

() **NEGROS**

IDENTIFICAÇÃO

Nome do candidato	Nº de inscrição
Filiação - nome do pai	
Filiação - nome da mãe	
Naturalidade	Nacionalidade
Carteira de identidade	CPF
Curso	

DECLARAÇÃO DE AUTORRECONHECIMENTO

Declaro que me reconheço como _____ e os motivos que me levaram a optar pelo sistema de cotas para minoria da seleção de estagiários do Ministério Público do Trabalho são:

Local e data:

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato:

Recebido em:

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

Recebido por: (assinatura e carimbo)